

UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Estudo Técnico Preliminar 13/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23086.000190/2026-13

2. Objeto

Participação de servidores do Centro de Inovação Tecnológica/CITec em evento de inovação e transformação digital, intitulado Festival HackTown.

3. Suporte Legal

As contratações de serviços, mediante execução indireta, devem ser precedidas de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais à futura contratação de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A observação da IN 05/2017 é obrigatória pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). O SISG foi instituído pelo Decreto 1.094 de 1994, sendo integrado pelos órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional:

Art. 1º Ficam organizadas sob a forma de sistema, com a designação de Sistema de Serviços Gerais (SISG), as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação.

§ 1º Integram o SISG os órgãos e unidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, incumbidos especificamente da execução das atividades de que trata este artigo. [...]

Art. 2º O SISG compreende:

I - o órgão central, responsável pela formulação de diretrizes, orientação, planejamento e coordenação, supervisão e controle dos assuntos relativos a Serviços Gerais;

II - os órgãos setoriais, unidades incumbidas especificamente de atividades concernentes ao SISG, nos Ministérios e órgãos integrantes da Presidência da República;

III - os órgãos seccionais, unidades incumbidas da execução das atividades do SISG, nas autarquias e fundações públicas.

Nesse sentido, aplica-se o disposto na Instrução Normativa 05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e suas alterações sendo que as contratações públicas devem ser realizadas observando as seguintes fases:

[...]

Art. 19. As contratações de serviços de que tratam esta Instrução Normativa serão realizadas observando-se as seguintes fases:

I - Planejamento da Contratação;

II - Seleção do Fornecedor; e

III - Gestão do Contrato. Parágrafo único. O nível de detalhamento de informações necessárias para instruir cada fase da contratação deverá considerar a análise de risco do objeto contratado.

[...]

Quanto a fase do Planejamento da Contratação, a referida Instrução Normativa determina que:

[...] Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico. § 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 8.666, de 1993; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º As contratações de serviços prestados de forma contínua, passíveis de prorrogações sucessivas, de que trata o art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, caso sejam objeto de renovação da vigência, ficam dispensadas das etapas I, II e III do caput, salvo o Gerenciamento de Riscos da fase de Gestão do Contrato.

§ 4º Os órgãos e entidades poderão simplificar, no que couber, a etapa de Estudos Preliminares, quando adotados os modelos de contratação estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 5º Podem ser elaborados Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos comuns para serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade.
[...]

Continuando, cita-se o artigo 24 da IN 05/2017, alterado pela IN 49/2020 que disciplina sobre os Estudos Preliminares, senão vejamos:

[...]

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia." (NR)

[...]

Em relação aos Estudos Técnicos Preliminares, assim dispõe o Art. 1º da IN 58/2022:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

[...]

Ainda segundo o Art. 9º da IN nº 58/2022 os Estudos Preliminares deve conter, quando couber as seguintes informações:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;
- III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:
 - a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
 - b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
 - c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
 - d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.
- IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução;
- VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- IX - demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;
- X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- XI - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º O ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos, apresentar as devidas justificativas.

§ 2º Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

§ 3º Em todos os casos, o estudo técnico preliminar deve privilegiar a consecução dos objetivos de uma contratação, nos termos no art. 11 da Lei nº 14.133, de 2021, em detrimento de modelagem de contratação centrada em exigências meramente formais.

A presente contratação observará os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 14.133/2021, bem como demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

Os serviços a serem contratados devem enquadrar-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispôs sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O Decreto nº 9.507 em seu art. 2º definiu que "ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação".

Por meio da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, foram estabelecidos os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no referido artigo do Decreto citado. A Portaria traz uma lista de atividades, sendo destacado em seu art. 1º :

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

[...]

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

Constituirão ainda como referencial normativo da presente contratação os seguintes normativos legais:

- **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990:** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- **Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005:** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
- **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:** Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- **Instrução Normativa 05, de 29 de maio de 2017:** Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços.
- **Instrução Normativa Seges/ME 01, de 10 de janeiro de 2019:** Dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022:** Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:** Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022:** Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- **Instrução Normativa 98, de 26 de dezembro de 2022:** Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Instrução Normativa AGU, nº 1 de 13 de setembro de 2021:** Dispõe sobre a não obrigatoriedade da manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **Instrução Normativa AGU, nº 1 de 13 de setembro de 2021:** Dispõe sobre a não obrigatoriedade da manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018:** Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Nas contratações públicas faz-se necessário, além da obediência aos preceitos legais, a observação e cumprimento dos Acórdãos e Orientações emanados do Tribunal de Contas da União - TCU, demais órgãos de controle, bem como as orientações da PGF. Em relação à contratação pretendida destacam-se alguns acórdãos e orientações que devem ser observados pela Administração da UFVJM:

- **Acórdão 3855/2009-Primeira Câmara:** Os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação devem ser justificados circunstanciadamente, inclusive quanto ao preço.
- **Acórdão 1403/2010-Plenário:** Em caso de contratação por dispensa ou inexigibilidade, deve constar do processo, obrigatoriamente, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preço, em atendimento ao art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei 8.666/1993.
- **Acórdão 2724/2012-Segunda Câmara:** Os processos de inexigibilidade de licitação devem ser instruídos com a devida justificativa de preços, ou, ainda, com pesquisa comprovando que os preços praticados são adequados ao mercado, sendo a falha nesse procedimento passível de aplicação de multa.

- **Acórdão 10057/2011-Primeira Câmara:** A celebração de contrato por inexigibilidade de licitação não dispensa a necessidade de especificação precisa do produto a ser adquirido, incluindo os prazos de execução de cada etapa do objeto, e deve ser precedida de justificativa de preços, a partir de orçamento detalhado que contenha demonstração de que os valores apresentados sejam razoáveis e atendam aos princípios da eficiência e economicidade.
- **Acórdão 1565/2015-Plenário:** A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas.

É também de suma importância o conhecimento dessas orientações editadas pela AGU que, por conseguinte, acaba por refletir o posicionamento TCU:

- **Orientação Normativa/ AGU nº 17, de 01.04.2009:** É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas.

4. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a necessidade de capacitação de servidores do órgão por meio da participação no Festival HackTown, evento nacional de reconhecida relevância no ecossistema de inovação, tecnologia, empreendedorismo e transformação digital.

A participação de servidores em eventos desta natureza possibilita:

- atualização sobre tendências tecnológicas emergentes;
- contato com boas práticas de inovação no setor público e privado;
- intercâmbio com especialistas, startups e centros de pesquisa;
- disseminação de conhecimento para melhoria dos processos institucionais.

Considerando o crescente processo de transformação digital da Administração Pública, torna-se essencial que os servidores estejam continuamente capacitados em temas como, inovação aberta, governo digital, inteligência artificial, gestão de dados, metodologias ágeis, empreendedorismo e cultura de inovação,

Dessa forma, identifica-se a necessidade de contratação de inscrições para participação de servidores no evento, incluindo acesso às palestras, workshops e atividades formativas, uma vez que investir na capacitação dos servidores não é uma forma só de valorizá-los, proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal, mas aumenta a motivação e o comprometimento dos servidores com a missão da administração pública.

O Decreto n.º 9.991, de 28/08/2019 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP, que tem como objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A supracitada legislação expressa a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP.

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap:

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP.

(...)

Art. 16. Despesas com ações de desenvolvimento de pessoas para a contratação, a prorrogação ou a substituição contratual, a inscrição, o pagamento da mensalidade, as diárias e as passagens poderão ser realizadas somente após a aprovação do PDP, observado o disposto no § 2º do art. 5º.

Em análise ao art. 16 da supracitada norma, tem-se o PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas - como um instrumento de um planejamento anual em que devem ser registradas todas as necessidades de desenvolvimento dos servidores, com previsão de serem executadas no ano seguinte ao do Planejamento.

Além disso, considerando o art. 16 da Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21/2021 tal possibilidade de contratação, *in verbis*:

Art. 16. No caso de contratação de ações de desenvolvimento de forma direta, os órgãos e entidades deverão instruir processo administrativo com a devida justificativa para a contratação da despesa com terceiros, nos termos do parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 9.991, de 2019.

A participação no HackTown, mostra-se mais como uma ação complementar ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). Ainda que prevista nominalmente, o evento possui características específicas que o diferenciam de capacitações tradicionais previstas em cursos do PDP, destacando-se pela sua natureza imersiva e multidisciplinar. Desta forma a sua realização mostra-se compatível e alinhada às competências Institucionais e às estratégias organizacionais.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Inovação Tecnológica / CITec	Gustavo Molina

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

De acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022 os Estudos Preliminares devem conter os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

Esta contratação encontra-se amparada no art. 10 do Decreto-Lei n.º 200, de 25/02/67, pois as atividades que se pretende contratar, ainda que essenciais, são rotineiras, podendo ser realizadas mediante prestação de serviços terceirizados, em conformidade com a legislação pátria.

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada. [...]

Importante mencionar que a Administração Pública deve observar os preceitos constitucionais quanto a aquisição/contratação, nos termos do artigo 37, inciso XXI da Constituição da República, conforme descrito abaixo:

[...]

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[..]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (...)

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018 que estabeleceu os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Como condição preliminar a contratação, a Administração certificou-se de que o objeto a ser contratado não incorria em irregular terceirização. Os cargos abrangidos não constam da relação de atividades vedadas pelo art. 9º da IN MPOG nº 05/2017 e pelo art. 3º do Decreto 9.507/2018.

A solução viável para contratação do evento é através de inexigibilidade de licitação, por se tratar de serviço singular uma vez que não pode ser reduzida a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, é insuscetível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos. Ademais trata-se da participação em evento aberto.

Cursos abertos são aqueles disponibilizados ao público em geral, sendo fixados e programados exclusivamente pelo seu realizador. São, portanto, acessíveis a quaisquer interessados, que, animados pela proposta do curso, se matricularão. Nesse tipo de capacitação, a instituição de ensino ou entidade promotora do evento é quem fixa todas as regras da contratação, como os dias em que o curso será ministrado, sua duração, seu conteúdo programático, a metodologia de ensino, os professores ou conferencistas etc. (BORGES, Daniela Silva. Da inexigibilidade de licitação para a contratação de cursos abertos. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, nº 4012, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29768>. Acesso em 22 out. 2024.

A Lei 14.133/2021 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos ratificando o comando constitucional para a **obrigatoriedade de licitação** e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de **dispensa ou inexigibilidade de licitação**.

O art. 11 da Lei 14.133/2021 estabelece:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - **assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

De acordo com art. 74 da Lei nº 14.133/2021 foram definidas as hipóteses de inexigibilidade, a saber:

Art. 74. **É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

- I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- III - **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**
 - a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
 - b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
 - c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
 - d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
 - e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
 - f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
 - g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
 - h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
- IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
- V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Assim, a licitação é a regra, a inexigibilidade é permitida em caráter excepcional, quando a competição é inviável, e quando preenchidos os requisitos legais.

Considerado um dos maiores festivais de inovação, tecnologia e criatividade da América Latina, o Festival HackTown em 2026 encontra-se em sua 10ª edição, é um dos maiores festivais de inovação, tecnologia e criatividade da América Latina, em 2026 será realizado em Santa Rita do Sapucaí (MG) — o "Vale da Eletrônica" — de 3 a 7 de setembro. O evento é conhecido como o "Vale da Eletrônica" transforma a cidade em um palco descentralizado com palestras, workshops e atividades culturais focadas no futuro. Composto por trilhas temáticas, as quais reúnem palestras, painéis, workshops, apresentações culturais e troca de experiências.

A solução viável para contratação do evento é através de inexigibilidade de licitação, por se tratar de serviço singular uma vez que não pode ser reduzida a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, é insuscetível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos, sendo assim, impossível de se fixar critérios objetivos de comparação.

No artigo "Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU", o autor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, expõe as seguintes ponderações:

É inviável a competição em razão de ser, este evento, específico, único. Outros eventuais cursos, ainda que idênticos, representam objetos apenas assemelhados, porém, distintos. Não se pode cogitar no sentido de que há várias opções intercambiáveis. Argumentar que o curso pretendido se repetirá ao longo do ano, não é convincente, pois constituem objetos não cotejáveis.

Uma prova disso é que não é possível garantir que um curso aberto venha a ser realizado, pois depende de quórum mínimo para sua confirmação. Portanto, jamais poderiam ser postos em comparação para disputa.

Entende-se que a licitação para cursos abertos é inviável, antes, pelo fato de que cada um é único. Claro que em boa parte dos casos, o curso aberto também poderá ser enquadrado no dispositivo acima quando prestado por notório especialista. Mas sendo ou não singular, sendo ou não prestado por notório especialista, por exemplo, um curso aberto a terceiros na metodologia Kumon, seria ilícito pelas extensas razões aqui já defendidas. Daí por que a melhor solução para contratos dessa natureza é o enquadramento da inviabilidade de licitação fundamentada no art. 25, caput.

Em síntese, chegamos às seguintes conclusões:

- a. nos serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a determinação da singularidade está relacionada ao núcleo do seu objeto, que é a aula;
- b. como a aula não é uma atividade padronizada e os variados docentes são incomparáveis entre si, sempre que a intervenção destes for determinante para a obtenção dos resultados pretendidos, o serviço será singular;
- c. tais serviços são, em regra, singulares, salvo aqueles cujo método supere o docente na obtenção dos resultados esperados;
- d. na contratação de cursos, a escolha da pessoa do executado é ato discricionário e exclusivo da autoridade competente, que deverá apontar as razões que o fizeram inclinar-se por este ou aquele profissional ou empresa;
- e. cursos abertos a terceiros são sempre ilícitos pelo fato de se constituir em objeto único que se esgota com a execução, devendo ser contratados com base no art. 25, caput da Lei Geral de Licitações.

O serviço é singular quando seu resultado não é previsível ou incerto; quando o contratante, apesar de apontar as características do que pretende contratar, não tem como saber antecipadamente o que irá receber em mãos como resultado da execução; é o serviço cujo resultado pode variar de executor para executor (e por isso não é previsível).

Dessa forma, considerando que a intervenção pessoal do instrutor é o elemento determinante para o alcance dos resultados pretendidos, correta a classificação de natureza singular do serviço, pois o nível do aprendizado não será previsível.

Acerca da singularidade de um serviço destacamos o teor dos seguintes Acórdãos TCU:

Acórdão 1397/2022-TCU-Plenário: Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, o conceito de singularidade não pode ser confundido com a ideia de unicidade, exclusividade, ineditismo ou raridade. O fato de o objeto poder ser executado por outros profissionais ou empresas não impede a contratação direta amparada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993. A inexigibilidade, amparada nesse dispositivo legal, decorre da impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento. (...) A exigência de singularidade sempre foi particularmente complexa de ser demonstrada para a contratação de serviços técnicos especializados, mas a jurisprudência do TCU caminhava no sentido de que a singularidade não poderia ser equiparada à unicidade do prestador de serviços. (...) Adentrando no exame da singularidade do objeto, ênfase que tal conceito não pode ser confundido com unicidade, exclusividade, ineditismo ou mesmo raridade.

Acórdão 1074/2013-Plenário: 15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal.

16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.

“A administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais e empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de “menor preço” conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de “melhor técnica” e a de “técnica e preço” são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou de nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.”

(in Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 1996, pág. 111)

Dessa forma, a contratação não admite competição entre fornecedores, caracterizando hipótese de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei 14.133/2021.

Cabe ressaltar que conforme estabelece o § 3º do art. 74, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A singularidade do evento foi confirmada pelo demandante através da Declaração de Prestação de Serviços de Natureza Singular (SEI! 2042915).

Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

Requisitos técnicos:

- acesso integral às atividades do evento;
- participação em palestras, workshops e trilhas temáticas relacionadas a inovação e tecnologia;
- possibilidade de interação com especialistas e empreendedores;
- fornecimento de certificado de participação.

Requisitos administrativos:

- contratação de inscrições individuais para os servidores indicados;
- evento com reconhecimento nacional no ecossistema de inovação;
- programação compatível com os temas de interesse institucional.
- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o edital.
- A textualidade das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União.
- A Contratada deverá ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço.
- A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. O serviço será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra.
- Não se aplica a necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista que o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findado o contrato.
- A Contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços executados, dando por eles total garantia.

NATUREZA DO SERVIÇO:

A prestação do serviço é de caráter **não continuado**. Trata-se de contratação de inscrição para participação no HackTown 2026 - festival de inovação, criatividade consciência e cultura.

INSTRUMENTO CONTRATUAL

O *caput* do art. 95, da Lei de Licitações, estabelece:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Em regra, as contratações administrativas devem ser celebradas mediante termo de contrato no qual se vejam formalmente insculpidas todas as cláusulas essenciais relacionadas no art. 92, da Lei n. 14.133/2021 e eventuais normas correlatas. No entanto, com o objetivo de dar maior agilidade e eficiência às atividades administrativas, cabe a substituição desse termo de contratação completo por instrumentos como a nota de empenho e a ordem de execução de serviço em consonância com a seguinte Orientação Normativa AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 84/2024

I - É possível a substituição do instrumento de contrato a que alude o art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, por outro instrumento mais simples, com base no art. 95, inciso I, do mesmo diploma legal, sempre que: a) o valor de contratos relativos a obras, serviços de engenharia e de manutenção

de veículos automotores se encaixe no valor atualizado autorizativo da dispensa de licitação prevista no inciso I do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021; ou b) **o valor de contratos relativos a compras e serviços em geral se encaixe no valor atualizado que autoriza a dispensa de licitação prevista no inciso II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021. II - Não importa para a aplicação do inciso I do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021, se a contratação resultou de licitação, inexigibilidade ou dispensa.** (Destacamos)

Inicialmente, cumpre esclarecer que a utilização desses documentos para fins de substituição do contrato não subtrai o caráter eminentemente contratual da relação pactuada, permanecendo aplicáveis todas as prescrições relativas às contratações públicas, a exemplo da nomeação de fiscal e das cláusulas do art. 92 (embora não formalizadas solenemente), no que couber.

Dessa forma devido às características da contratação e com base no caput do art. 95 da Lei 14.133/2021 o instrumento a ser utilizado para formalização desta contratação poderá ser a Nota de Empenho, Carta Contrato ou Ordem de Execução de Serviço, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

- trata-se de serviço em que não há complexidade operacional e vultuosidade, com baixo risco de comprometimento do cumprimento das obrigações.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

As compras e licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos e, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade nas atividades públicas. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

A diretriz de sustentabilidade a ser adotada para esta contratação, no que couber, serão referenciadas pelo Guia Nacional de Licitações Sustentáveis AGU /8ª edição/out 2025, versão mais atualizada, e às práticas e diretrizes voltadas à sustentabilidade ambiental contidas no Plano de Logística Sustentável (PLS) 2025/2028 da UFVJM.

Considerando que o objeto da contratação refere-se à participação em evento de capacitação, ainda assim é possível prever boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) relacionadas à participação no evento e devem ser adotadas as seguintes práticas:

1. Sustentabilidade ambiental

- priorização do uso de materiais digitais para acesso à programação, certificados e conteúdos do evento, evitando impressões desnecessárias;
- incentivo à utilização de documentação eletrônica para inscrição e comprovação de participação;
- estímulo à participação em atividades que abordem temas de inovação sustentável, tecnologia verde e soluções ambientais;
- orientação para que os servidores adotem práticas de consumo consciente e redução de resíduos durante a participação no evento.

2. Sustentabilidade social

A contratação também contribui para aspectos sociais da sustentabilidade ao:

- promover a capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos;
- ampliar o acesso a conhecimentos relacionados à inovação, tecnologia e empreendedorismo;
- estimular a disseminação do conhecimento adquirido entre os demais servidores do órgão.

Como prática adicional, recomenda-se que os participantes realizem compartilhamento interno de conhecimento, ampliando o alcance institucional da capacitação.

3. Sustentabilidade econômica

A solução adotada também observa a dimensão econômica da sustentabilidade por meio de:

- escolha de evento reconhecido nacionalmente, que reúne múltiplas atividades formativas em um único evento;
- otimização de recursos públicos ao possibilitar acesso a diversos conteúdos de capacitação em uma única inscrição;
- potencial aplicação dos conhecimentos adquiridos na melhoria da eficiência administrativa e na transformação digital do órgão.

4. Sustentabilidade institucional

A participação no HackTown contribui para o fortalecimento da sustentabilidade institucional ao:

- incentivar a cultura de inovação na administração pública;

- promover a modernização de processos administrativos;
- apoiar a implementação de iniciativas de governo digital e inovação aberta.

SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, inclusive naquela em que for exigido atestado de capacidade técnica. Isto porque, para esses itens, houve exigência específica no edital para a apresentação de habilidade técnica e, caso aceito de outra forma, haverá esvaziamento da exigência editalícia. Para fundamentar tal condição, trazemos o Acórdão nº 2760/2012-Plenário, TC-014.017/2012-1, Rel. Min. Ana Arraes, 10.10.2012:

Quando exigência de experiência na execução de serviços que são invariavelmente subcontratados, considero que, em regra, tal impositivo desnatura processo de habilitação técnica. Isso porque não há sentido em requerer expertise para realização de serviço que, muitas vezes, acaba sendo executado por terceiro. Exigida do licitante, como pressuposto para participar da licitação, capacidade para execução de determinada tarefa, prestação não pode ser transferida. entidade que realiza concorrência deve, portanto, avaliar relevância dos serviços para os quais exige prévia experiência, de forma não adotar exigências desnecessárias restritivas.(...)

Nessa contratação não será admitida subcontratação do serviço.

7. Levantamento de Mercado

Neste caso em análise, por tratar-se de inexigibilidade de licitação, com inscrição de servidores em evento, com conteúdo e programação definidos pelo organizador do evento, não se aplica analisar alternativas de mercado, pois evento possui formato próprio e consolidado no cenário nacional, não sendo possível replicar sua experiência educacional por meio de outro fornecedor com a mesma estrutura e proposta.

8. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de inscrições para participação de servidores no festival HackTown, incluindo:

- acesso às palestras e painéis;
- participação em workshops e atividades interativas;
- acesso às trilhas temáticas de inovação e tecnologia;
- certificado de participação.

O festival acontecerá de 3 a 7 de setembro de 2026 na cidade de Santa Rita do Sapucaí - MG, com programação a ser distribuída em diferentes espaços da cidade.

As trilhas temáticas que irão orientar a programação do festival que reúne palestras, painéis, workshops, apresentações culturais e experiências foram assim divulgadas:

Trilhas do HackTown 2026	
Trilha	Descrição
Ancestralidade e Consciência	Saberes antigos em diálogo direto com ciência e tecnologia. Filosofia, tecnologias ancestrais, rituais e outras formas de conhecimento provocando novas perguntas sobre consciência, ética e humanidade em um mundo orientado por algoritmos.
Comportamento e Tendências	As mudanças culturais que surgem antes dos relatórios. Identidade, linguagem e consumo como sinais precoces que antecipam mercados, reposicionam marcas, redefinem modelos de negócio e ampliam o entendimento da sociedade.
Corporate AI	Inteligência artificial aplicada à realidade operacional. Automação, dados, governança e implementação concreta transformando eficiência em vantagem competitiva sustentável.

Desenvolvimento de Software e Hardware	Infraestrutura que sustenta o futuro. Engenharia, arquitetura de sistemas, dispositivos e integração técnica convertendo complexidade em soluções escaláveis e resilientes.
Direitos Autorais e Propriedade Intelectual	Autoria e valor na economia digital. IA generativa, novas disputas por remuneração e modelos de licenciamento redefinindo como ideias se tornam ativos estratégicos.
Educação e Aprendizado	Aprender mais rápido que o ambiente muda. Formação contínua, requalificação e novas formas de consciência e pensamento crítico como bases para indivíduos, empresas e territórios se adaptarem a um mundo em transformação.
Estratégia, Negócios e Governança	Tomada de decisão sob incerteza. Crescimento sustentável, estrutura societária e competitividade conectando startups, corporações e investidores com visão de longo prazo.
Governo e GovTech	Inovação pública aplicada à prática. Tecnologia, dados e novos modelos de gestão tornando governos mais eficientes, transparentes e capazes de responder à complexidade das cidades, aproximando Estado, mercado e sociedade.
Hackeando Cidades	Cidades como laboratório vivo. Tecnologia, criatividade e colaboração reprogramando mobilidade, infraestrutura e participação urbana a partir da lógica da experimentação.
Inclusão e Impacto Social	Diversidade como estratégia de mercado e transformação estrutural. Acesso, representatividade e inovação ampliando oportunidades e redesenhando cadeias de valor.
Lifestyle e Economia da Experiência	Estética como estratégia. Moda, hospitalidade, gastronomia e arte convertendo curadoria, desejo e sensibilidade cultural em diferenciação econômica.
Marcas e Economia de Criadores	A construção de marca em um mundo descentralizado. Criadores, plataformas e empresas disputando narrativa, influência e relevância cultural, transformando atenção e comunidade em valor econômico.
Movimentos Criativos e Ecossistemas Emergentes	Comunidades como motores de transformação. Redes físicas e digitais organizando criatividade, identidade e tecnologia para formar ecossistemas que antecipam tendências, novos mercados e formas de organização social.
Música e Mercado	Criação conectada a modelo de negócio. IA, monetização, direitos e novas dinâmicas entre artistas, plataformas e público redefinindo a indústria musical.
Narrativas e Realidades Imersivas	Novas linguagens para novas gerações. Games, cinema e experiências interativas expandindo percepção, engajamento e construção de mundo.
Produto e Design	Do conceito à experiência real. Design estratégico, UX e interfaces criando produtos digitais e físicos que combinam funcionalidade, estética e diferenciação.
Saúde e Bem Estar	Consciência e equilíbrio na era da aceleração. Ciência, tecnologia e novas práticas de cuidado ampliando a compreensão sobre longevidade, saúde mental e qualidade de vida.
Sustentabilidade e Clima	Clima como desafio e oportunidade. Energia, construção, mobilidade e novos modelos produtivos conectando competitividade econômica com a regeneração do planeta que habitamos.
Tecnologias Emergentes	Inovações que redesenham poder e infraestrutura. IA avançada, biotecnologia, espaço e novos materiais moldando o próximo ciclo produtivo global.

Trabalho e Liderança	Liderar em ambientes híbridos e complexos. Cultura organizacional, autonomia, consciência coletiva e novas dinâmicas profissionais como ativos estratégicos para organizações e equipes.
Vendas e Marketing	Receita como construção estratégica. Dados, posicionamento, distribuição e expansão de mercado em cenários de alta competição e mudança constante.

Fonte: Organização HackTown • Tabela: G1 Sul de Minas

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O presente tópico destina-se à apresentação da estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculos, considerando ainda a interdependência com outras contratações objetivando a economia de escala.

É dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação.

O Acórdão 2.348/2016-TCU-Plenário esclarece que:

304.O método para definição da quantidade e tipos de serviços de manutenção predial e a prática de adoção de dados gerenciais no decorrer na execução contratual são essenciais para possibilitar à administração conhecer as demandas de sua organização e realizar melhores contratações.

Considerando a áreas estratégicas relacionadas à inovação e tecnologia, a disponibilidade orçamentária e a possibilidade e posterior multiplicação do conhecimento a estimativa inicial considera a participação de 02 (dois) servidores que serão indicados pelo Chefe do Centro de Inovação Tecnológica /CITec.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 839,00

Em consonância com o inciso VI, do art. 9º da IN 58/2022, este capítulo dedica-se à apresentação da estimativa do valor da contratação pretendida, acompanhada dos documentos que tratam os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo.

Uma vez que o festival Hacktown é um evento único e não compatível a outras soluções de mercado devido a sua metodologia própria, networking e imersão no ecossistema de inovação, não é possível, portanto comparação e julgamentos objetivos.

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos art. 5º e 7º da IN SEGES/ME n.º 65/2021.

O objeto está diretamente vinculado à entidade organizadora do **HackTown**, sendo esta a única responsável pela concepção, curadoria e execução do evento.

A singularidade do objeto não decorre apenas do conteúdo programático, mas principalmente da forma de entrega, da metodologia aplicada e do ambiente de inovação proporcionado, elementos indissociáveis da execução do serviço.

Tal singularidade inviabiliza a comparação objetiva com outras soluções disponíveis no mercado, justificando a contratação por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Para **inscrição em eventos**, a pesquisa de preços normalmente utiliza:

- valor oficial divulgado pelo organizador;
- valores de lotes anteriores ou promocionais;
- valores pagos por outras Instituições Públicas.

Para a inscrição no evento o valor oficial divulgado pelo organizador, para todo e qualquer interessado, pode ser encontrado na página do evento <https://hacktown.com.br/>.

A Direção do Centro de Inovação Tecnológica/CITec, solicitou formalmente uma proposta comercial para inscrição de 02 (dois) servidores no festival, sendo encaminhado um orçamento com a cortesia de pagamento de "Meia" para cada servidor inscrito (2061850).

Para efeito de comprovação do valor praticado pela futura contratada junto a outros órgãos, foi solicitado a futura contratada o envio de notas fiscais que comprovem o valor da proposta encaminhada, contudo como o evento será realizado apenas em setembro/2026, foi localizado apenas uma nota referente ao evento com aquisição de meia entrada mais um kit adesivo para 2026 e duas notas referentes ao evento realizado na edição de 2025 (2061877).

Com base nos valores coletados a metodologia para obtenção do preço estimado será o valor correspondente ao preço público praticado pela organização do evento, conforme divulgado oficialmente em seus canais de inscrição <https://hacktown.com.br/>, disponível para qualquer interessado:

Descrição	Tipo de Ingresso	Valor unitário (R\$)
Valor oficial da inscrição divulgado no site do evento	Ingresso inteira - Ingresso destinado ao público geral, garantindo acesso a toda a programação divulgada na agenda oficial do HackTown.	839,00
	Ingresso Promocional - Ingresso para o público geral, com acesso a toda a programação do emediante doação de um livro em bom estado.	499,90
	Ingresso meia - Destinado ao público com direito à meia, garantindo acesso a toda a programação na agenda oficial do HackTown.	419,50
Ingresso ofertado para UFVJM por participante - Ingresso meia (2061850)		

O preço estimado da contratação deu-se com base no valor da proposta de preços encaminhada pela Hackers Produtora de Eventos, responsável pela organização do festival:

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DE INGRESSO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Inscrições para participação de servidores no festival HackTown/2026.	Ingresso meia	Und	2 servidores	R\$ 419,50	R\$ 839,00
VALOR TOTAL						R\$ 839,00

O preço total estimado da contratação é de **R\$ 839,00 (oitocentos e trinta e nove reais)** correspondente a 02 inscrições no evento.

Destacamos o art. 7º da IN 65/2021, acerca da verificação da compatibilidade dos valores ofertados para um processo de inexigibilidade de licitação:

CAPÍTULO III

REGRAS ESPECÍFICAS

Contratação direta

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

A análise crítica dos valores encontrados foi apresentada através do documento (SEI!2068625).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

No caso em apreço não se aplica o parcelamento uma vez que se trata de inscrição para um único evento, organizado por entidade específica.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações públicas precisam ser pensadas de forma sistêmica e integrada. Para tanto, na etapa de planejamento faz necessário verificar a existência de correlação ou de interdependência entre eventuais contratações, as quais podem impactar, sobremaneira, a solução pretendida com a nova contratação.

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço prestado, entretanto poderão ocorrer despesas administrativas relacionadas à participação dos servidores, com passagens e diárias, as quais serão tratadas em processos próprios, quando aplicável.

Considerando tratar-se de evento presencial a ser realizado entre os dias 03/09 a 07/09/2026, na cidade de Santa Rita do Sapucaí/MG, a unidade requisitante deverá dispor de recursos para pagamento de diárias e passagens envolvendo a participação dos 02 (dois) servidores da UFVJM.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto do presente planejamento de contratação está previsto no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, por meio do identificador nº 462291.

A referida contratação está contemplada no Plano de Contratação Anual 2025 da UFVJM, identificada no Portal Nacional de Compras Públicas conforme detalhamento a seguir:

Id PCA no PCA no PNCP: 16888315000157-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 06/05/2025

DFD: 231/2025

Id do item no PCA: 71

Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Identificador da Futura Contratação: 153036- 30/2026

A proposta de capacitação está alinhada com o item 2.6.2 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, Objetivo 1110:

Desenvolver as competências dos servidores alinhadas às necessidades institucionais. Indicador II3: Taxa de capacitação do corpo técnico administrativo. Meta: Aumentar a taxa de capacitação em 1% até 2028.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a capacitação através da participação no evento espera-se , a ampliação da capacidade institucional em inovação e transformação digital, disseminação de conhecimento estratégico entre os servidores, além da melhoria dos processos administrativos por meio de adoção de novas tecnologias e fortalecimento da cultura de inovação da UFVJM.

A participação permitirá aos servidores adquirir conhecimentos estratégicos e posteriormente replicá-los internamente, contribuindo para o desenvolvimento institucional.

15. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado além da seleção dos servidores participantes e a autorização administrativa para participação no evento.

Para a fiscalização dos serviços conforme IN 05/2017, o servidor indicado como responsável pela fiscalização deve tomar conhecimento de todos os documentos presentes no processo e todos os procedimentos realizados, bem como adotar métodos de controle, sejam através de planilhas ou outro que julgar mais adequado, para uma melhor gestão do contrato, juntamente com a capacitação continuada dos servidores para atuarem na contratação e fiscalização.

16. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação apresenta baixo impacto ambiental, considerando que se trata de participação em evento educacional, ainda assim, recomenda-se priorizar a utilização de materiais digitais e compartilhamento eletrônico de conteúdos e relatórios.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação para participação de servidores no HackTown é tecnicamente viável e alinhada às estratégias institucionais de inovação e transformação digital, prevista no Plano Anual de Contratações, bem como o presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 058/2022/SEGES/ME e legislação que trata da matéria.

Os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendido.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(X) As informações contidas no presente Estudos Preliminar **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO**, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA CANDIDA RIBEIRO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:55:51.

KATIA APARECIDA DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:48:09.

LILIAN MOREIRA FERNANDES

Diretora de Planejamento das Contratações



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 10:54:10.

DARLITON VINICIOS VIEIRA

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 09:50:11.